

Briga ameaça aprovação da LDB

28 AGO 1991

Relatora rejeita 800 emendas e revolta deputados

Eliane Bardanachvili

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), discutida em clima de muita confusão na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, corre o risco de não avançar um milímetro em relação à que vigora desde 1971. A quantidade surpreendente de emendas apresentadas em plenário (1.263) abriu brecha para que o texto pronto desde a legislatura passada quase voltasse à estaca zero. Ao examinar as emendas, a relatora da LDB, deputada Ângela Amin (PDS-SC), rejeitou cerca de 800, encontrou um filão para alterar o texto principal e acabou criticada pela maioria dos colegas.

Segundo os deputados, o relatório de Ângela faz da LDB uma bandeira da privatização do ensino. A deputada discorda e em reunião na semana passada teve de se comprometer a apresentar em 15 dias análise justificando a aceitação e a rejeição de cada emenda. Além disso, terá de convencer os colegas de que são inconstitucionais vários itens da nova LDB que haviam sido aprovados por todas as comissões.

“Numa lei como essa não podem entrar aspectos trabalhistas, como a definição da hora-aula do professor, ou sugestões como o salário-creche. Isso não seria uma diretriz ou base da educação”, defende Ângela. Ela considera que a LDB é uma lei ordinária (pode ser votada por maioria simples) e por isso não deve conter itens que o Congresso só poderia votar com maioria absoluta. “O relatório tira as bases fundamentais do projeto”, discorda o deputado Carlos Lupi (PDT-RJ).

Olívio Lamas — 1/10/90



Ângela: lei ordinária

Para Ângela, também é inconstitucional a LDB tratar da criação do Conselho Nacional de Educação — menina dos olhos de todos os que participaram da elaboração do novo texto. Este conselho seria formado por representantes de vários setores da sociedade e substituiria o atual Conselho Federal de Educação, acusado de aprovar indiscriminadamente a criação de faculdades particulares.

Protesto — “Eliminar ou não esses itens é preocupação da Comissão de Justiça e não de Educação”, protesta Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Sandra fez parte da Comissão de Educação na legislatura passada e aprovou o texto ao lado de colegas de posições políticas opostas às suas, como o deputado Florestan Fernandes (PT-SP). “Já houve negociações. É surpreendente que todas as divergências voltem à baila”, diz Florestan.

O deputado Paulo Hartung (PSDB-ES) preparou um texto criti-

cando item por item do relatório. Entre os aspectos que condena, está a supressão do parágrafo que submete as escolas particulares a um controle de qualidade por parte da rede pública. O deputado Sólon Borges (PTB-SP), embora critique o procedimento de Ângela, também quer fazer alterações no texto. Ele não concorda com a autonomia das escolas de 1º e 2º graus para eleger seus diretores, defendida na nova lei. “Para mim, diretor tem que ser escolhido por concurso”, acha.

Os desencontros avançam para a Comissão de Justiça. O relator Edevaldo Alves da Silva (PDS-SP) também é criticado por analisar o texto e as emendas do ponto de vista da Comissão de Educação. “Ele apresentou modificações profundas e selecionou emendas, quando deveria apenas dar o parecer sobre a constitucionalidade”, critica Sandra Cavalcanti. “Edevaldo e Ângela examinarão também o que seria incumbência da Comissão de Finanças. Está havendo total inversão.”

Uma das raízes da confusão está na vontade dos deputados de ver a LDB aprovada logo. A votação, marcada em regime de urgência, será no mês que vem. A urgência, no entanto, está fazendo com que o texto seja analisado ao mesmo tempo pelas comissões de Educação, Justiça e Finanças. E, agora, os deputados querem voltar atrás no regime de urgência. “Pior que só votar em 92 é correr o risco de não fazermos uma LDB decente”, pondera Sandra. O texto que aguarda aprovação é resultado de quase dois anos de debates, análise de duas mil sugestões de entidades educacionais e exame de quase mil emendas de deputados. Quase todos os parlamentares responsáveis por esse trabalho ficaram de fora nas últimas eleições. Inclusive o relator, Jorge Hage (PSDB-BA).